

☐ REQUERIMENTO Número /XIII (.ª)

☒ PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: Empresa de cortiça nega máscaras aos trabalhadores com a regularidade que a DGS aconselha

Destinatário: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Bloco de Esquerda teve conhecimento que a empresa Socori - Sociedade de Cortiças de Rio Meão S.A., situada na freguesia de Rio Meão, concelho de Santa Maria da Feira, informou os seus trabalhadores que estes teriam direito a duas máscaras descartáveis por semana. Esta decisão da empresa viola claramente o prazo de validade de uma máscara descartável, colocando em causa a saúde dos trabalhadores.

No início da pandemia, esta empresa, afixou a indicação que forneceria apenas uma máscara descartável por cada trabalhador a cada quatro semanas. Depois passou a ser uma por semana e agora, em alguns sectores, são 2 por semana. Mas mesmo assim, continua a incumprir com as recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS).

Segundo as indicações da DGS, “a máscara deve ser colocada aquando da entrada na instituição, poderá ser mantida durante 4 a 6 horas e nessa altura substituída, e substituir sempre que estiver húmida”.

Relembramos que esta empresa foi adquirida pelo grupo Amorim num passado recente, esperava-se pelo menos se cumprisse escrupulosamente com as normas da DGS.

Esta situação está evidentemente a provocar alarme social junto dos trabalhadores, que obviamente temem pela sua saúde. Esta empresa, apenas impõe estas limitações para setores da produção. Engenheiros, diretores e pessoal do escritório têm máscaras diferentes.

O BE teve também conhecimento que um trabalhador desta empresa encontrou no armazém uma caixa de máscaras que levou para os balneários e começou a usá-las de acordo com as recomendações da DGS. Estranhamente a empresa suspendeu e depois despediu este trabalhador.

Esta empresa não está a cumprir com as regras de saúde pública e, dessa forma, está a colocar deliberadamente em causa a proteção dos trabalhadores. Os administradores devem, como é óbvio, ser responsabilizados pelo incumprimento da lei e por colocarem em risco a saúde dos trabalhadores.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Que medidas serão adotadas perante este grave atropelo às normas de DGS cometido pela empresa Socori - Sociedade de Cortiças de Rio Meão SA, que coloca em causa a segurança e saúde dos trabalhadores?
3. A Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) realizou recentemente ações inspetivas nesta empresa? Se sim, quais as conclusões das mesmas?
4. Sabe o governo informar que ações a ACT vai adotar para anular o despedimento ilícito ocorrido nesta empresa?

Palácio de São Bento, 17 de junho de 2020.

Os deputados

Moisés Ferreira

Nélson Peralta